

# Capitalismo e Colonialismo em Caio Prado Júnior e Pablo González Casanova

Debate o discusión en teoría social

GT 17- Pensamiento latinoamericano y teoría social

Ponencista: Vinicius Limaverde Forte

## Resumen:

Neste trabalho argumenta-se que há uma articulação e reciprocidade entre capitalismo e colonialismo que se configura em uma estrutura histórica de longa duração. Argumenta-se, ainda, que essa articulação e reciprocidade são constitutivas da própria modernidade, ao invés de considera-las um produto de uma modernidade supostamente gerada endogenamente na Europa. Para tanto, tenta-se estabelecer um diálogo entre as noções de sentido da colonização de Caio Prado Júnior e colonialismo interno de Pablo González Casanova. Desse modo, intenta-se evidenciar como o colonialismo e capitalismo são indissociáveis e se articulam tanto nas relações entre países do Norte e do Sul Global, bem como no interior dos países do Sul.

Palabras Claves: Caio Prado Júnior, Pablo González Casanova, Colonialismo.

## 1. Introdução

Neste ensaio argumenta-se que há uma articulação e reciprocidade entre capitalismo e colonialismo, seja na relação entre colônias e metrópoles (posteriormente entre centro-periferia), seja dentro das próprias colônias (ou ex-colônias). Argumenta-se, ainda, que essa articulação e reciprocidade entre capitalismo e colonialismo são constitutivas da própria modernidade, ao invés de considera-las um produto de uma modernidade supostamente gerada endogenamente na Europa. Para tanto, tentará se estabelecer um diálogo entre as noções de sentido da colonização de Caio Prado Júnior (2000) e colonialismo interno de Pablo González Casanova (1975; 2006a; 2006b).

De acordo com Connell (2012), a construção de conceitos nas ciências sociais implica na reificação de experiências sociais. Contudo, ainda de acordo com a autora, estabeleceu-se uma divisão imperial do trabalho intelectual – ou instituiu-se uma estrutura de saber eurocêntrica, segundo Wallerstein (2002), ou uma colonialidade do saber, segundo Lander (2005), ou, ainda, uma razão indolente, segundo Santos (2010) – que consagra como reflexões teóricas as produções intelectuais elaboradas no centro, em detrimento das elaborações intelectuais do Sul global. Dessa forma, comumente nas reflexões produzidas no centro as “metodologias teóricas excluem o colonialismo” (CONNELL, 2012, p. 10).

Nesse sentido, a partir da perspectiva de Connell (2012), seria possível qualificar a maioria dos debates sobre modernidade como análises elaboradas para sociedades desprovidas de determinações externas. Radomsky (2011) possui um argumento crítico semelhante, mas parte da perspectiva que articula pós-desenvolvimento e a crítica que associa modernidade e colonialidade, indicando que as interpretações de Wallerstein e Quijano, bem como a de Mignolo, fazem emergir a ideia de exterioridade da modernidade e da Europa o que “basicamente, implode a autointerpretação de uma modernidade saída de matrizes tais como a Reforma Protestante, o Iluminismo e a Revolução Francesa” (RADOMSKY, 2011, p. 157).

Quijano e Wallerstein (1992) indicam que o nascimento do sistema-mundo moderno vincula-se às grandes navegações e às conquistas coloniais dos países ibéricos durante o século XVI. Os autores

argumentam que a criação das Américas como uma entidade geossocial é parte constitutiva fundamental do capitalismo e da modernidade em decorrência do surgimento de quatro elementos interligados entre si que são fundamentais para a existência do sistema-mundo moderno: colonialidade, etnicidade, racismo e o próprio conceito de novidade (QUIJANO, WALLERSTEIN, 1992).

Ainda de acordo com Quijano e Wallerstein (1992), a colonialidade difere do colonialismo, na medida em que a independência formal não decreta sua morte, pois ela é uma forma de hierarquia social e cultural estabelecida entre europeus e não europeus, decorrente das relações de dominação colonial. A etnicidade é uma consequência da colonialidade que associa controle do trabalho e classificação da população em diferentes etnias, estabelecendo a posição de cada uma das etnias na divisão do trabalho social de acordo com essa classificação. O racismo decorre das classificações com base na noção de etnia e emerge mais energicamente após a independência formal e abolição da escravidão, consistindo em um tipo de consciência e comportamento segregador que reforça a etnicidade. Por fim, a ideia de novidade constitui um elemento intrínseco à modernidade e ao Novo Mundo, onde tudo foi novidade em função de não haver nenhum vínculo com as instituições tradicionais dos europeus, convertendo-se a novidade em justificativa do sucesso econômico e do desenvolvimento, bem como do subdesenvolvimento. Portanto, a partir das Américas erigiram-se instituições e visões de mundo que deram sustentação ao sistema-mundo moderno (QUIJANO, WALLERSTEIN, 1992).

Nesse ínterim, intenta-se demonstrar a importância da tradição crítica do pensamento social na América Latina para o debate sobre a reconceitualização da modernidade a partir da articulação entre colonialismo e capitalismo, considerando-se as noções de sentido da colonização de Caio Prado Júnior e de colonialismo interno de Pablo González Casanova. Dessa maneira, essa problematização situa-se em um movimento duplo de “provincialização” da Europa e “desprovincialização” da teoria social do Sul.

## **2. O sentido da formação do Brasil: entrelaçamento entre colonialismo e capitalismo**

Caio Prado Júnior oferece uma perspectiva fundamental para se explicar a constituição do capitalismo mediante uma abordagem não endógena e não eurocêntrica. Para Prado Júnior (2000) só é possível compreender o processo de formação da sociedade brasileira a partir das relações de submissão aos interesses econômicos externos, cuja origem remete ao período colonial. Dessa maneira, por um lado, o autor indica como o plantio e a extração, direcionados ao mercado internacional, exerceram influência sobre o modo como se desenvolveram as atividades voltadas para o mercado interno, o povoamento, a catequização, a organização familiar, a divisão do trabalho etc. e, por outro lado, aponta que essa estruturação interna da colônia em virtude dos interesses econômicos da metrópole estava em função do processo de acumulação primitiva de capital na Europa (PRADO JÚNIOR, 2000).

É possível argumentar que está subjacente à tese caiopradiana uma relação dialética entre globalismo e localismo, na medida em que, ao procurar compreender a formação da sociedade brasileira em um contexto capitalista, Caio Prado Júnior promove certa radicalização da ideia de Marx que o capitalismo é um modo de produção cuja existência é internacional. Com isso, a especificidade das relações capitalistas no Brasil não constitui nenhum “desvio” em relação a determinado modelo, nem remete a algum motivo de atraso intrínseco ao país, mas seria um desdobramento da exploração decorrente da sua condição colonial originária.

Por isso Prado Júnior (2000) afirma que mesmo após a Era Vargas o passado colonial ainda estaria saliente, apesar de modificado em alguns aspectos superficiais. O trabalho livre não havia se organizado inteiramente em todo o país, a economia permanecia na base da produção extensiva de produtos primários voltados para a exportação e, além disso, as relações sociais, em particular as de

classe, conservavam um acentuado cunho colonial. Caio Prado Júnior considera que a persistência do tripé latifúndio, monocultura e relações escravistas para além do período colonial é o principal desafio para a luta socialista, a qual deve ter os camponeses, aliados aos proletários, como principais agentes de uma transformação emancipatória.

Para Caio Prado Júnior (2000), a explicação da persistência desses caracteres estruturantes do desenvolvimento histórico do país residiria no *sentido* do conjunto dos principais fatos e acontecimentos que constituem a evolução do povo brasileiro, o qual seria dado por uma linha mestra ininterrupta que sucede em ordem rigorosa e em uma determinada orientação. A partir disso, essa evolução seria explicável, pois deixaria em segundo plano os pormenores e incidentes mais ou menos complexos, em detrimento daquilo que é essencial (PRADO JÚNIOR, 2000).

A colonização portuguesa nas Américas foi iniciada como uma forma de defesa contra as ameaças de outros invasores europeus e logo adquiriu feições extrativistas. Quando as atenções de Portugal voltaram-se efetivamente para a nova colônia, logo se procurou explorar a sua principal riqueza, a terra. Então se organizaram unidades produtivas de larga escala visando comercializar produtos tropicais e, posteriormente, ouro para a metrópole.

A concentração na faixa litorânea e a dispersão no interior do continente estiveram condicionadas pelos ciclos econômicos decorrentes do *sentido da colonização* engendrado pelos interesses dos colonizadores. Fatores climáticos, ambientais e a resistência indígena foram condicionantes sobre os quais o empreendimento português acomodou-se. No entanto, o norteamento desse processo foi dado pela aquisição de riquezas. Com isso, três foram os grandes núcleos iniciais do povoamento litorâneo – Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. Tais pontos estabeleceram-se em função das condições apropriadas para o desenvolvimento da agricultura (solo fértil, clima, relevo, hidrografia etc.), bem como para o escoamento de sua produção. Todavia, era necessário alimentar os braços empenhados na cultura canavieira, donde se inicia a ocupação dos sertões que compõe hoje o nordeste mediante o estabelecimento da pecuária.

A agricultura era o fundamento econômico brasileiro, derivando de sua organização as feições das demais atividades com fins de exportação. É a partir da forma como ela estruturou-se para atender às demandas do mercado europeu que se torna possível a compreensão da constituição social do Brasil. O elemento fundamental da produção agrícola foi a grande propriedade monocultural trabalhada por escravos, que corresponde à exploração em larga escala, presente nos engenhos e nas fazendas.

O latifúndio, a monocultura e a escravidão são os três elementos constitutivos da organização agrária do Brasil colonial, os quais se conjugaram em um sistema típico: a grande exploração rural (PRADO JÚNIOR, 2000). Trata-se da unidade produtora fundamental em que assenta toda estrutura econômica e social do país. A vida da colônia gira em torno dessa forma de organização que exerce o domínio na economia, na política, na administração e na religião. Tendo a exportação de gêneros agrícolas como finalidade, a faixa litorânea é o espaço privilegiado desse estabelecimento.

Com a mineração, no século XVIII, prevaleceu o mesmo tipo de organização, apesar das diferenças técnicas entre as duas atividades. Seu início ocorreu quando as grandes unidades produtoras agrícolas estavam plenamente consolidadas, por isso sua feição foi inspirada nesse padrão hegemônico, devido à submissão às mesmas condições: disponibilidade de terra facilitada, imigração dos colonos com o intuito de tornarem-se empreendedores, dificuldade de obter trabalhador livre. Estabeleceu-se dessa forma o latifúndio trabalhado por escravos na extração de metais preciosos, outra expressão da grande unidade produtora, dessa vez situada no interior do continente.

Dessa estrutura econômica dependente do mercado externo, emergiu uma organização social própria, que teve na escravidão seu fundamento. Caio Prado Júnior (2000) considerava o trabalho como elemento organizador da sociedade, por isso a importância do escravo. Com isso, onde esse regime de trabalho predominou emergiu o “clã patriarcal” que aglutinava a maior parte da população do país. Sua

base era a grande exploração rural, congregando a unidade econômica, social, administrativa, e até de certo modo religiosa (PRADO JÚNIOR, 2000).

Em suma, Caio Prado Júnior propõe explicar a formação brasileira em vista do *sentido da colonização*, entendido como “o de uma colônia destinada a fornecer ao comércio europeu alguns gêneros tropicais ou minerais de grande importância: o açúcar, o algodão, o ouro...” (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 117). A apreensão desse sentido só seria possível ao circunscrevê-lo em uma dimensão mais ampla, sem a qual a colonização não pode ser compreendida adequadamente, embora ele afirme que sua intenção não é tematizar esse quadro mais geral:

*precisamos reconstituir o conjunto de nossa formação colocando-a no amplo quadro, com seus antecedentes, destes três séculos de atividade colonizadora que caracterizam a história dos países europeus a partir do século XV; atividade que integrou um novo continente na sua órbita, paralelamente aliás ao que realiza, embora em moldes diversos, em outros continentes: a África e a Ásia. Processo que acabaria por integrar todo o Universo em uma nova ordem, que é a do mundo moderno, em que a Europa, ou antes, a sua civilização, se estenderia dominadora por toda parte. Todos estes acontecimentos são correlatos, e a ocupação e povoamento do território que constituiria o Brasil não é senão um episódio, um pequeno detalhe desse quadro imenso. (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 8-9).*

Portanto, a origem do Brasil está relacionada com o surgimento de um mercado mundial, cuja origem histórica foi o deslocamento das rotas comerciais do mediterrâneo para o atlântico. Isso redundou na chegada dos europeus às terras que hoje são conhecidas como América. Esse fato é definidor dos destinos do país, pois determinou, mesmo após o fim da dominação portuguesa, sua ocupação, colonização, as relações de produção, o tipo de propriedade, as características do trabalho, a economia interna e externa, além da organização social e os padrões de sociabilidade.

### **3. O colonialismo e exploração inter, intra e transnacional.**

No âmbito do pensamento crítico na América Latina, Pablo González Casanova realiza importante reflexão acerca da articulação entre capitalismo e colonialismo, no intuito de indicar como as condições características do regime colonial podem se perpetuar internamente nas regiões que sofreram esse tipo de exploração, mesmo após o fim do vínculo formal com as ex-metrópoles. Ao propor uma redefinição do conceito de colonialismo, o autor constata que a “Ocidentalização” do mundo ocorre dentro de uma estrutura colonial, estabelecendo-se relações estruturalmente desiguais entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos (CASANOVA, 2006a).

Casanova (1975, 2006a) afirma que comumente o colonialismo é um conceito referente a um fenômeno internacional que envolve povos e nações distintos. Contudo, em seu debate sobre a reconceitualização do colonialismo, o autor questiona-se a respeito da correspondência necessária entre conceitos sociológicos e fronteiras políticas, pois seria preciso investigar até que ponto categorias comumente empregadas para se pensar problemas internos também poderiam servir para explicar problemas internacionais e vice-versa (CASANOVA, 2006a). Nesse sentido, sua argumentação aponta para a necessidade de se pensar a realidade a partir de perspectivas conceituais que sejam historicamente definidas de modo dinâmico, atentando para a questão da unidade na diversidade e das permanências na mudança.

Segundo Casanova (2006b), a afirmação da existência de um colonialismo interno consiste em um tabu para ideólogos do imperialismo e do socialismo. Por um lado, os ideólogos do imperialismo rechaçam que sob o regime do livre mercado possa existir tal tipo de relações no interior de um Estado-Nação. Por outro lado, embora Lenin tenha fornecido subsídios teóricos importantes para se pensar a

questão do “direito de autodeterminação” dos povos no interior das nações componentes da União Soviética para assegurar o direito das minorias étnicas, com a ascensão do stalinismo o debate sobre autodeterminação, etnicidade e a questão nacional passaram a ser tratadas como particularismo de cunho separatista e nacionalista. Ainda de acordo com Casanova, a postura assumida pela URSS de retirar da pauta o debate sobre a questão étnica implicou na imposição de barreiras epistemológicas para se pensar questões vinculadas às especificidades em detrimento do debate considerado mais geral sobre imperialismo e luta de classes, implicando em uma problematização fragmentária no pensamento marxista e revolucionário sobre o colonialismo interno (CASANOVA, 2006b).

Repensar o colonialismo implicaria, então, ampliar sua acepção original em face às configurações assumidas pelos processos de dominação e exploração instauradas inicialmente após a independência das ex-colônias conquistadas durante as grandes navegações. Isso demandaria a compreensão da evolução conjunta do capitalismo e do Estado-Nação, a fim de se apreender o colonialismo também como um fenômeno interno que ocorre no terreno econômico, político, social e cultural (CASANOVA, 2006b). Desse modo, Casanova indica que:

*A definição de colonialismo interno está originalmente ligada a fenômenos de conquista, em que as populações de nativos não são exterminadas e formam parte, primeiro do Estado colonizador e depois do Estado que adquire uma independência formal, ou que inicia um processo de libertação, de transição para o socialismo, ou de recolonização e regresso ao capitalismo neoliberal. Os povos, minorias ou nações colonizadas pelo Estado-nação sofrem condições semelhantes às que os caracterizaram no colonialismo e no neocolonialismo em nível internacional (CASANOVA, 2006b, p. 396).*

Embora acima esteja exposta uma redefinição relativamente recente de colonialismo interno, de modo a estendê-lo para casos como da URSS e dos países do Oriente Médio que sofrem a “guerra contra o terror” deflagrada pelos EUA, inicialmente o conceito foi formulado em 1965 em *A democracia no México* ao debater o caráter dual da sociedade mexicana.

Em *A democracia no México*, Casanova afirma que a sociedade dual ou plural consiste em uma configuração social em que as benesses do desenvolvimento do país são apropriadas pelo grupo dominante composto pelos *criollos*, implicando na marginalização do grupo dominado composto pelos indígenas. A heterogeneidade cultural, econômica e política decorrente dessa situação divide o país em dois ou mais “mundos” com características diferentes, os quais são vinculados entre si pelo colonialismo interno. Assim, o autor defende a ideia de que o colonialismo deve ser reconceituado, pois ocorre “en el interior de una misma nación, en la medida en que hay en ella una heterogeneidad étnica, en que se ligán determinadas etnias cen íes grupos y dominantes, y otras con los dominados.” (CASANOVA, 1975, p. 89).

Ainda durante a década de 1960, Casanova (2006a) reviu o conceito, ampliando-o ao indicar mais explicitamente sua articulação com a luta de classes, o imperialismo e o colonialismo. O autor argumenta que a existência de uma sociedade dual está relacionada com a existência de uma sociedade colonial, originária da dominação de uma sociedade mais avançada tecnologicamente que outra. Nesse contexto, a sociedade dual está extremamente vinculada à estrutura colonial, ao desenvolvimento desigual (no âmbito técnico, cultural e institucional) e à combinação de diferentes formas de exploração (relações de trabalho escravista, feudais e assalariadas) no interior do mesmo país. Casanova indica que essa situação forja o racismo e a discriminação racial como a psicologia e a política tipicamente coloniais. O autor afirma que o racismo surge em todas as colônias onde se encontram duas culturas: nas Américas, no Oriente Próximo e no Extremo Oriente, bem como na África. A partir da afirmação de superioridade europeia em relação aos nativos, o racismo passa a

consistir em um meio fundamental de exploração colonial de um país sobre outro, influenciando em toda a configuração de desenvolvimento e na cultura colonial (CASANOVA, 2006a).

No que se refere às relações de classe, Casanova (2006a) indica que o colonialismo interno possui a especificidade de não se tratar apenas de uma relação de expropriação e dominação dos trabalhadores pelos seus empregadores, mas consiste em uma relação de exploração de uma população ou etnia por outra, sendo que no interior de cada uma dessas populações e etnias há relações de classe. Nesse sentido, em uma sociedade dual há relações de classe no interior de cada etnia, seja ela dominada ou dominante, estabelecendo-se hierarquias no interior das classes sociais do país conforme a etnia de seus integrantes (CASANOVA, 2006a).

Nesse sentido, debater o colonialismo interno não implica desconsiderar as relações de classe, ou exaltar as identidades locais, mas perceber a articulação entre racismo, capital monopólico e imperialismo como meio de facilitar a acumulação de capital. A mediação entre racismo e classes sociais sem o recurso ao colonialismo interno não propiciaria a crítica adequada a essa configuração, na medida em que “apenas com o conceito de ‘racismo’ perde-se o direito que têm as etnias a regimes autônomos” (CASANOVA, 2006b, p. 404).

Desde que o regime comunista da URSS deixou de existir, implicando no triunfo mundial do capitalismo sob a égide do neoliberalismo global, há uma tendência cada vez maior de integração entre a colonização inter, intra e transnacional. Dessa forma, Casanova (2006b) argumenta que não é possível analisar o mundo contemporâneo excluindo essas categorias entre si, pois os diferentes tipos de colonialismo combinam-se, organizam-se e articulam-se para propiciar as maiores vantagens possíveis e poderes às empresas e estados que os apoiam. Nesse contexto, as lutas de resistência dos povos no interior de um Estado-nação enfrentam esses três tipos de colonialismo, o internacional, o intranacional e o transnacional, sendo que muitas vezes as lutas entre etnias são manipuladas para propiciar a invasão dos seus países pelos países centrais a fim de lhes promover a apropriação de novas posições militares, territórios e recursos energéticos, como ocorreu nos casos das guerras no Kosovo, Palestina, Afeganistão e Iraque, por exemplo (CASANOVA, 2006b).

Como resultado da configuração contemporânea do colonialismo interno articulado a outras formas de colonialismo, as lutas de resistência dos povos, nacionalidades e etnias vítimas do colonialismo interno associaram-se às lutas das vítimas dos outros tipos de colonialismo que passam a formar redes e organizações autônomas, cujas estratégias combinam-se às antigas formas de resistência. Com isso surgem novas alternativas de luta a partir da articulação de forças heterogêneas de diferentes partes do mundo que passam a estabelecer uma comunicação interativa e intercultural (CASANOVA, 2006b).

Portanto, Casanova proporciona meios para se compreender o colonialismo como um fenômeno atual e integral. Embora seu debate tenha se detido inicialmente no âmbito da nação, logo o autor buscou explicitar sua relação com distintos fenômenos internacionais, apontando para a tendência cada vez maior de intensificação dos vínculos de exploração nos níveis local e global. Com isso, o conceito de colonialismo interno constitui importante reflexão sociológica e política para se pensar movimentos de resistência heterogêneos e integrados em rede, ao mesmo tempo em que explicita que repensar o colonialismo contribui para se repensar a própria ideia de capitalismo e modernidade, tanto a partir do centro como da periferia.

#### **4. Colonialismo como fenômeno integral e como estrutura de longa duração capitalista**

Caio Prado Júnior e Pablo González Casanova apresentam reflexões que podem ser percebidas como complementares na compreensão da relação entre capitalismo e colonialismo. Enquanto a noção de sentido da colonização de Prado Júnior propicia compreender a persistência ao longo dos séculos no Brasil (e na América Latina) da dinâmica colonial estruturada em função das demandas dos interesses

econômicos externos, Casanova indica a permanência da estrutura colonial mesmo após a independência, configurando-se em um colonialismo interno que se articula com o colonialismo em escala internacional e transnacional.

Em ambos os casos, as diferentes abordagens do colonialismo apontam para uma intrincada relação com o capitalismo. Casanova admite que diferentes modalidades de exploração do trabalho combinaram-se no interior das colônias para servir aos interesses das metrópoles. Por outro lado, Caio Prado Júnior argumenta que os países latino-americanos sempre participaram do mesmo sistema econômico que os países europeus:

*Os países da América Latina sempre participaram, desde sua origem na descoberta e na colonização por povos europeus, do mesmo sistema em que se constituíram as relações econômicas que, em última instância, foram dar origem ao imperialismo, a saber, o sistema do capitalismo. São essas relações que, em sua primeira fase do capital comercial, presidiram à instalação e à estruturação econômica e social das colônias, depois nações latino-americanas. É assim, dentro de um mesmo sistema que evoluiu e se transformou do primitivo e originário capitalismo comercial, é aí, e por força das mesmas circunstâncias (embora atuando diferentemente no centro e na periferia), que se constituíram de um lado as grandes potências econômicas dominantes no sistema imperialista, e de outro os países dependentes da América Latina. (PRADO JÚNIOR, 1978, p. 68).*

Portanto, Caio Prado Júnior considera que a evolução do “primitivo e originário capitalismo comercial” para o imperialismo como forma mais acabada do capitalismo resulta de um mesmo sistema, onde o estabelecimento de posicionamentos hierárquicos diferenciados (metrópole/ colônia e centro/ periferia) é parte constitutiva de sua dinâmica, desde sua origem. Já Casanova aponta para a reprodução desse fenômeno no interior das ex-colônias, indicando a importância do preconceito racial para acumulação de capital e para a existência de regiões exploradas colonialmente dentro de países periféricos, que por sua vez estão subordinados aos países centrais mediante vínculos imperialistas de dependência.

Embora não tenha tomado o colonialismo como objeto de estudo, nas reflexões de Karl Marx sobre o desenvolvimento do capitalismo é possível identificar algumas ponderações a esse respeito. Ao tratar do processo de acumulação primitiva de capital<sup>1</sup>, Marx (2008) indica que a gênese do capitalismo industrial é indissociável do mercantilismo e do colonialismo. No período inicial do colonialismo europeu, o capital mercantil teve preponderância e impulsionou por diversas formas a acumulação primitiva de capital. Nos fins do século XVII esses meios foram coordenados através dos seguintes sistemas: o colonial, o das dívidas públicas, o moderno regime tributário e o protecionismo. No que tange ao sistema colonial, enquanto o capital mercantil ainda era preponderante e o capitalismo não havia se desenvolvido plenamente, o colonialismo era fundamental no processo de acumulação primitiva de capital. Por um lado, mediante a exploração de metais preciosos na América, a pilhagem das especiarias orientais e a caçada humana ocorrida na África para a realização do tráfico negreiro. Por outro lado, as colônias asseguravam um mercado monopolizado para o consumo das manufaturas produzidas na Europa, propiciando uma acumulação ainda mais acelerada (MARX, 2008).

Com isso, Marx (2000) indica que o caráter internacional do capitalismo deve-se à necessidade da burguesia de explorar mercados cada vez mais extensos para os seus produtos. Em virtude disso, o autor afirma que “a burguesia deu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países”

---

<sup>1</sup> Trata-se da acumulação de capital anterior à acumulação capitalista, cuja existência a precedeu e propiciou seu surgimento. A acumulação primitiva de capital é a história da expropriação dos camponeses, que desprovidos dos seus meios de subsistência passam a ter que vender sua força de trabalho para sobreviver, ao mesmo tempo em que se tornam o mercado consumidor das mercadorias industrializadas (MARX, 2008).

e ao fazer isso obrigou “todas as nações, sob pena de extinção, a adotarem o modo de produção da burguesia, obriga-as a ingressarem no que ela chama civilização” e por conta disso, do mesmo modo que “subordinou o campo à cidade, subordinou os países bárbaros e semibárbaros aos civilizados, os povos camponeses aos povos burgueses, o Oriente ao Ocidente” (MARX, 2000, p. 49).

A partir do exposto, é possível perceber que, apesar da ênfase de Marx centrar-se no processo de desenvolvimento capitalista na Europa, em especial na Inglaterra, o autor chama a atenção para o papel subsidiário da exploração colonial tanto na acumulação primitiva de capital, como após a revolução industrial. A essas indicações de Marx podem-se somar os desdobramentos das reflexões de Caio Prado Júnior e Pablo González Casanova no intuito de perceber a vinculação seminal entre capitalismo e colonialismo na constituição da modernidade, podendo-se afirmar que o colonialismo é uma estrutura de longa duração que é parte constituinte do capitalismo, tal como definido por Fernand Braudel (1982).

Braudel compreende estrutura como sendo uma “realidade que o tempo demora a desgastar e transportar” e que “constituem, ao mesmo tempo, apoios e obstáculos, apresentam-se como limites (*envolventes*, no sentido matemático) dos quais os homens e as suas experiências não se podem emancipar” (BRAUDEL, 1982, p. 14). Pode-se compreender a noção de estrutura apresentada pelo autor como sendo simultaneamente mutável e determinista, consistindo em uma espécie de “estrutura dinâmica” ou “estrutura histórica”. Além disso, não se trata de uma noção unilateral de estrutura, pois haveria diferentes tipos de estruturas nessa perspectiva de *longue durée*, tais como estruturas econômicas, mentais, científicas, artísticas etc.

Nesse sentido, ao se definir o colonialismo integral – compreendido pela articulação entre o sentido da colonização e o colonialismo interno – como uma estrutura de longa duração constituinte do capitalismo, aproxima-se do que Quijano (2005) denominou de *colonialidade do poder* e reitera-se a importância das Américas na formação do sistema-mundo moderno (QUIJANO, WALLERSTEIN, 1992). Além disso, pensar o colonialismo integral como uma estrutura de longa duração constituinte do capitalismo, implica questionar as bases epistemológicas que concepções eurocêntricas a respeito do capitalismo e da modernidade, inserindo-se no âmbito do movimento de “provincialização da Europa” proposto por Chakrabarty.

## 5. Referências Bibliográficas

- BRAUDEL, F. (1982), *História e ciências sociais*. Lisboa: Presença.
- CASANOVA, P. G. (1975) *La democracia en México*. Ciudad de México: Ediciones Era.
- \_\_\_\_\_. (2006a) El colonialismo interno. En: \_\_\_\_\_. *Sociología de la explotación*. Buenos Aires: CLACSO.
- \_\_\_\_\_. (2006b) Colonialismo interno (uma redefinição). In: BORON, A., AMADEO, J., GONZÁLEZ, S. (Org.). *A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas*. Buenos Aires; São Paulo: CLACSO; Expressão Popular.
- CONNELL, R. (2012). A iminente revolução na teoria social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 27( 80), 9 – 20.
- LANDER, E. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: \_\_\_\_\_. (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO.



- MARX, K. (2008). A chamada acumulação primitiva. In: \_\_\_\_\_. *O capital – crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Livro I, Tomo II.
- MARX, K., ENGELS, F. (2000) *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Martin Claret.
- PRADO JÚNIOR, C. (2000) *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha.
- \_\_\_\_\_. (1978) *A revolução brasileira*. 6ª ed. São Paulo.
- QUIJANO, A. (2005) Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO.
- QUIJANO, A., WALLERSTEIN, I. (1992). Americanity as a concept, or the Americas in the modern world-system. *International Social Science Journal*, 134, 549-557.
- RADOMSKY, G. F. W. (2011) Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento. A crítica da modernidade e a emergência de “modernidades” alternativas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 26( 75). 149 – 193.
- SANTOS, B. S. (2010) *A gramática do tempo – para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez.
- WALLERSTEIN, I. (2002) *O fim do mundo como o concebemos*. Rio de Janeiro: Revan.